



Rosa dos Ventos
ISSN: 2178-9061
rrvucs@gmail.com
Universidade de Caxias do Sul
Brasil

Trabalho (In)Decente no Turismo: Reflexões para a Construção de uma Agenda de Pesquisa

COSTA, JULIANA CARNEIRO DA; SANT'ANNA, EDUARDO SILVA; VIANA, JEAN PEREIRA; FRATUCCI, AGUINALDO CÉSAR

Trabalho (In)Decente no Turismo: Reflexões para a Construção de uma Agenda de Pesquisa

Rosa dos Ventos, vol. 13, núm. 04, 2021

Universidade de Caxias do Sul, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=473569973013>

DOI: <https://doi.org/10.18226/21789061.v13i4p1233>

Trabalho (In)Decente no Turismo: Reflexões para a Construção de uma Agenda de Pesquisa

(In)Decent Work in Tourism: Reflections for the Construction of a Research Agenda

JULIANA CARNEIRO DA COSTA

Universidade de São Paulo, Brasil

julianacarneiro@usp.br

DOI: <https://doi.org/10.18226/21789061.v13i4p1233>

Redalyc: [https://www.redalyc.org/articulo.oa?](https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=473569973013)

[id=473569973013](https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=473569973013)

EDUARDO SILVA SANT'ANNA

Universidade Federal Fluminense, Brasil

eduardosilvasantanna@gmail.com

JEAN PEREIRA VIANA

Universidade Federal Fluminense, Brasil

jeanviana@id.uff.br

AGUINALDO CESAR FRATUCCI

Universidade Federal Fluminense, Brasil

acfratucci@id.uff.br

Recepción: 18 Noviembre 2021

Aprobación: 10 Diciembre 2021

RESUMO:

Trabalho decente é uma noção apresentada pela Organização Internacional do Trabalho [OIT] em 1999, para caracterizar a geração de emprego produtivo e de qualidade sob o amparo e cumprimento de leis trabalhistas. Após o trabalho decente se tornar um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a noção vem ganhando atenção na literatura internacional do turismo. Esses esforços, porém, não se refletem na literatura brasileira. Neste contexto, o objetivo deste artigo é investigar as possibilidades teóricas e empíricas do trabalho decente no turismo e apontar algumas reflexões para a construção de uma agenda de pesquisa para o Brasil. Para isso, realizou-se uma revisão integrativa da literatura sobre o trabalho decente e turismo. Como resultado, notam-se diferentes maneiras como o termo <trabalho decente> vem sendo compreendido nos estudos do turismo e distintas temáticas e questões que o tangenciam.

PALAVRAS-CHAVE: Turismo, Trabalho, Trabalho Decente, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, Brasil.

ABSTRACT:

Decent work is a notion put forward by the International Labour Organization (ILO) in 1999 to characterize the generation of productive and quality employment under the protection and enforcement of labor laws. After decent work became one of the Sustainable Development Goals, the notion has been gaining attention in the international tourism literature. These efforts, however, are not reflected in Brazilian literature. In this context, the aim of this article is to investigate the theoretical and empirical possibilities of decent work in tourism and point out some reflections for the construction of a research agenda for Brazil. To this end, an integrative literature review on decent work and tourism was carried out. As a result, we note diverse ways in which the term <decent work> has been understood in tourism studies and different themes and issues that touch on it.

KEYWORDS: Tourism, Labour, Decent Work, Sustainable Development Goals, Brazil.

INTRODUÇÃO

O trabalho na sociedade brasileira vem se apresentando há décadas como uma problemática social. A crise da empregabilidade, a precarização/uberização do trabalho e a corrosão de direitos e da segurança social relacionadas ao trabalho, constituem desafios a se enfrentar nas arenas política e social (Antunes, 2018).

A confluência desses elementos atinge graus mais elevados de complexidade no deflagrar da crise sanitária mundial imposta pela pandemia da Covid-19, que provocou a demissão, aumento da informalidade e precarização de milhões de pessoas no Brasil e no mundo (Costa, 2020). Esse campo de problemáticas se redimensiona ao coadunar as questões do trabalho às do turismo e algumas de suas particularidades: sazonalidade, flexibilização e desqualificação da força de trabalho (Cañada, 2020).

Embora a pesquisa acadêmica sobre trabalho e turismo ainda seja incipiente e fragmentada, encontram-se na literatura algumas tentativas de revisão e classificação sistemática. Para Ladkin (2011), as pesquisas sobre trabalho no turismo podem ser agrupadas em cinco áreas temáticas: perspectiva da gestão; acumulação do capital humano; valor econômico do trabalho no turismo; mobilidade do trabalho; e turismo e gênero. Por sua vez, Baum, Kralj, Robinson, Martins e Solnet (2016) empreendem uma revisão taxonômica da literatura sobre a força de trabalho no turismo. O estado da arte apresentado pelos autores resultou em um percentual relativamente incipiente da literatura acadêmica destinado ao estudo do trabalho no turismo.

Para compreender a diversidade das abordagens de pesquisa sobre o tema, Baum *et al.* (2016) adotam os níveis de análise micro, meso e macro sociais para sua revisão da literatura. A perspectiva micro comporta estudos que envolvem a caracterização de trabalhadores do turismo, suas atitudes e comportamentos. A perspectiva meso [ou intermediária] compreende funções e práticas organizacionais, bem como temas associados ao emprego e ao ambiente de trabalho. A perspectiva macro insere os problemas vinculados ao trabalho e ao turismo em recortes socioespaciais mais amplos, ocupando-se de questões como impactos econômicos, políticas de planejamento entre outras.

Baum *et al.* (2016) identificaram a predominância de estudos centrados nas perspectivas micro e intermediária da força de trabalho no turismo. A literatura apresenta ênfase especial nos aspectos ocupacionais e organizacionais, frequentemente apoiados em pressupostos epistemológicos positivistas e com interesses técnicos e utilitários. Essas constatações permitem delinear a premência de estudos que enfoquem os aspectos macrosociais do trabalho no turismo, mais especificamente associados às temáticas comportamentais, atitudinais e organizacionais. Nessa seara também emerge um diálogo entre trabalho e sustentabilidade social, interface diluída nas investigações sobre precarização do trabalho e que carece de perspectivas transformacionais para um turismo mais ético e socialmente justo (Higgins-Desbiolles, Carnicelli, Krolikowski, Wijesinghe & Boluk, 2019; Robinson, Martins, Solnet & Baum, 2019).

Se a articulação entre as diferentes dimensões do trabalho no turismo constitui lacuna e agenda de pesquisa (Baum *et al.*, 2016), seu preenchimento só é possível ao se recorrer a categorias multifacetadas dos pontos de vista econômico, político e social. Nesse contexto, indica-se a possibilidade de esse ser o caso do trabalho decente, noção desenvolvida pela Organização Internacional do Trabalho (OIT, 1999, 2017), adotada pela Organização das Nações Unidas [ONU] em 2015 e pela Organização Mundial do Turismo (OMT, 2017). Compreende-se por trabalho decente a confluência de quatro objetivos basilares da OIT (1999): (1) cumprimento dos direitos no trabalho; (2) geração de emprego produtivo e de qualidade; (3) amplificação da proteção social; e, (4) consolidação do diálogo social. Essa definição se reflete no oitavo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável [ODS] (“Emprego digno e crescimento econômico: Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos”) e encontra ressonância em outros ODS que visam à satisfação de necessidades básicas como alimentação, saúde, moradia e educação.

Há um recente interesse na literatura internacional pelo trabalho decente no turismo (Cañada, 2018; Robinson *et al.*, 2019) que já se refletiu em esforços teóricos na pesquisa brasileira sobre trabalho em hotéis, por exemplo (Sant’Anna, Carneiro & Lescura, 2021). No entanto, não se encontra na bibliografia nacional estudos que abordem sistematicamente as possibilidades do trabalho decente para o turismo brasileiro, sobretudo para avançar na superação da lacuna dos estudos da dimensão macro dos estudos. Para atender a essa demanda de pesquisa, o objetivo deste artigo é investigar as possibilidades teóricas e empíricas do trabalho decente no turismo e apontar reflexões para a construção de uma agenda de pesquisa. Esse objetivo

é alcançado por meio de uma revisão integrativa da literatura que contempla aspectos micro e macrosociais do trabalho decente e suas interfaces com o turismo. Em consonância a este objetivo maior, admitindo a realidade dialógica e complexa (Morin, 2006), e contradições entre a realidade e os conceitos, propõe-se também contribuições para uma compressão mais clara sobre o construto de trabalho decente, a partir da literatura.

TRABALHO DECENTE: DO CONCEITO À AGENDA NO BRASIL

As sociedades contemporâneas vêm buscando, nas últimas décadas, tentativas de minimizar os impactos provenientes da industrialização e da emissão de gases provocadores do efeito estufa. Tal fenômeno vem acompanhado do interesse em diminuir impactos sociais gerados pela globalização. O turismo não sai incólume desse movimento global, visto que a concepção da atividade turística como uma ‘indústria sem chaminés’ já foi superada em face aos impactos ambientais e sociais decorrentes da mesma. Nesse contexto, assume-se a necessidade de aderir a práticas que permitam o planejamento, gestão e realização de um turismo mais sustentável e socialmente responsável.

Para dar suporte a isso, a OMT adota a Agenda 2030 da ONU, que coloca em evidência os ODS desdobrados em 17 objetivos e 169 metas (ONU, s.d.). Apesar de o turismo poder contribuir para o alcance de cada ODS, a OMT (2017) sugere que três deles estão mais relacionados com o setor: (1) promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos; (2) assegurar padrões de produção e consumo sustentáveis; e, (3) fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável. O foco deste artigo recai sobre o construto do trabalho decente, proposto pela OIT (1999), incorporado recentemente à Agenda 2030 pela ONU e corroborado pela OMT. Contudo, algumas de suas diretrizes podem estar distantes da realidade brasileira atual, especialmente no contexto da pandemia da COVID-19 que assola todo o planeta e afeta diretamente todo o setor turístico mundial.

Nesse contexto, urge reflexões sobre o que deve ser compreendido como trabalho decente no setor do turismo. As diretrizes e princípios propostos pela OIT estão direcionados para o setor produtivo e sua aplicação aos trabalhadores do turismo talvez implique em necessidades de revisões, adaptações e até mesmo acréscimos que contemplem as características do trabalho nesse setor tão dinâmico, complexo e fortemente presente na economia mundial. Conscientes das contradições que se colocam entre os ODS, a definição do construto de trabalho decente [assim como a compreensão de sustentabilidade] (Winchenbach *et al.*, 2019; Bianchi & Man 2021) e a realidade diária dos trabalhadores do turismo brasileiro, entende-se que não há como supera-las dentro do sistema hegemônico do modo de produção atual. Isso pode ser contornado ao adota-se uma postura mais dialógica, que indica para a complementaridade e a recursividade dessas categorias (Morin, 2006).

A construção de uma agenda internacional de políticas direcionadas para o fortalecimento do trabalho decente como um direito universal possui uma linha cronológica extensa e intensa que se inicia com a própria constituição da OIT, em 1919. Contudo, ela ganha um marco definitivo em 1999, quando aquela organização formaliza a noção de trabalho decente, objetivando incentivar seus países membros a desenvolverem estratégias e mecanismos adequados para a consolidação do trabalho decente em seus territórios. Logo a seguir, em 2005, tanto a ONU quanto a Organização de Estados Americanos [OEA], em resoluções de seus países membros, definem o trabalho decente como um objetivo nacional e internacional, direcionado à diminuição da pobreza e à promoção dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio [ODMs]. Em 2015, na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, a ONU reafirma o trabalho decente como instrumento fundamental para a promoção do desenvolvimento sustentável (Abramo, 2015).

No contexto brasileiro, o trabalho decente ganha espaço na agenda pública nacional no Governo Lula (2003-2010), com o lançamento em 2006, da Agenda Nacional do Trabalho Decente [ANTD], com

objetivo de “combater a pobreza, as desigualdades sociais e fortalecer a governabilidade democrática” (Brasil, 2006, s.p.). Após um amplo espaço de discussão, em 2010 o governo federal lançou o Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente [PNETD], estipulando metas para 2011 e para 2015 (Brasil, 2010). Especificamente nas políticas nacionais para o setor de turismo, encontramos no Plano Nacional de Turismo 2018-2022 o imperativo “mais emprego e renda para o Brasil” (Brasil, 2018). Este instrumento programático do Ministério do Turismo alude à adesão aos ODS sem, no entanto, fazer nenhuma menção ao trabalho decente ou mesmo às condições de trabalho presentes no setor. Existe apenas a incorporação do discurso do turismo sustentável, incluindo seus aspectos econômicos, ambientais, sociais e político-institucionais.

Pelo que se pode observar na literatura, verifica-se com frequência um privilégio dos aspectos econômicos frente aos sociais na agenda nacional direcionada às questões do trabalho e do turismo. A Reforma Trabalhista instrumentalizada pela Lei nº 13.467 (Brasil, 2017) representa uma evidência clara e substancial para corroborar tal argumento. A referida lei representa um dos elementos políticos que reconfiguram as condições, organizações e relações de trabalho no país e, conseqüentemente, no setor turístico nacional. Outro indício de apatia em relação à agenda do trabalho decente é a extinção do Ministério do Trabalho e Emprego em 2019 e a transferência dos assuntos da pasta para o Ministério da Economia, com uma categoria de Secretaria de Trabalho, no âmbito da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho pela Lei n.º 13.844 de 2019 (Brasil, 2019). Mesmo com a recriação daquele Ministério em 2021, agora com o nome de Ministério do Trabalho e Previdência, não se nota mudança nos discursos e nas políticas nacionais sobre o trabalho decente.

Os eventos mencionados sugerem que o trabalho decente não tem sido prioridade social para os formuladores de políticas de desenvolvimento do turismo no Brasil. Convém afirmar que isso ocorre mais como consequência da exacerbação da ética neoliberal no Estado – que exerce influência direta sobre as pautas do turismo –, do que como algo *sui generis* do próprio turismo. Cabe, portanto, à academia, em diálogo constante com a sociedade, refletir rigorosa e criticamente sobre uma questão social tão central à vida do sujeito contemporâneo como o trabalho. A construção e discussão de dados que contemplem, tanto os seus aspectos micro, quanto os macrossociais, constituem uma tarefa iminente para o desvelamento do potencial heurístico do trabalho decente como categoria teórico-empírica para a ampliação do conhecimento do turismo e das suas relações e impactos para a sociedade contemporânea.

METODOLOGIA

As interfaces entre trabalho decente e turismo determinam o percurso metodológico traçado nesta pesquisa. Realizou-se uma revisão de literatura preliminar e exploratória sobre o trabalho decente, que culminou na problematização apresentada na introdução deste artigo. Essa familiarização inicial com a bibliografia conduziu à construção de um protocolo de pesquisa para uma revisão integrativa da literatura sobre trabalho decente e turismo. A revisão integrativa da literatura permite uma aproximação com a problemática apreciada pelo pesquisador ao traçar um panorama sobre determinada produção científica, tendo a possibilidade de compreender a evolução do tema temporalmente e visualizar possíveis oportunidades de pesquisa (Botelho, Cunha & Macedo, 2011). São propostas seis etapas de pesquisa. A primeira, ‘identificação do tema e seleção da questão de pesquisa’, está esclarecida na problematização presente na introdução deste trabalho até a atual seção.

A segunda etapa consiste no ‘estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão’. Nesse sentido, empreenderam-se, no mês de outubro de 2021, buscas sistemáticas nas bases de dados Scopus, Scielo e Google Acadêmico, considerando somente artigos, sem filtro temporal e de áreas, utilizando a seguinte arquitetura de palavras-chave e operadores booleanos: (“decent work” AND “tourism”); ((“trabalho decente” OR “trabajo decente”) AND turismo). A terceira etapa compreende ‘identificar e selecionar os estudos por meio da leitura dos títulos, palavras-chave e resumos dos artigos’. Nas bases que permitem buscas sistemáticas, Scopus e Scielo, a partir dos critérios de inclusão, nenhum artigo foi excluído, a fim de fornecer um panorama

original das pesquisas. No Google Acadêmico, analisou-se até a quinta página de resultados, considerando também se as palavras buscadas constavam, ao menos, nos títulos, palavras-chave dos autores e resumos. Essas buscas resultaram em 40 documentos relevantes que passaram pelos critérios de elegibilidade descritos acima, porém sete deles não estavam integralmente disponíveis para consulta, e foram descartados.

Para a quarta etapa sugerida, ‘categorização dos estudos selecionados’, a matriz de síntese foi construída no Microsoft Office Excel. Os dados extraídos do Scopus foram baixados em formato .csv e exportados para formato .xls, e os resultados das demais bases foram adicionados manualmente. Além das informações gerais dos artigos, como título, autores, Digital Object Identifier [DOI], link de acesso, ano, resumo e palavras-chave dos autores, com objetivo de analisar os artigos recuperados, foram inseridas colunas relacionadas à disponibilidade integral do trabalho, temática geral que dialoga com o trabalho decente, palavras e conceitos utilizados de maneira central [e em conjunto com o trabalho decente], o caráter [qualitativo, quantitativo ou misto] e a abordagem [empírico ou teórico] dos estudos – no caso dos artigos empíricos, esclareceu-se sobre a existência e a apresentação de critérios de análise que fornecem embasamento ao conceito de trabalho decente em questão.

Tal organização está em consonância com a quinta etapa, ‘análise e interpretação dos resultados’. O objetivo da revisão integrativa da literatura foi analisar a fundamentação teórica em torno da categoria trabalho decente aplicada ao turismo, os principais temas, metodologias [em especial, variáveis de análise] e resultados das discussões propostas pelos autores. Priorizaram-se, como critério de inclusão, os estudos empíricos com objetivos e categorias de análise e coleta claros. Contudo, os artigos teóricos não foram descartados, visto que diversas discussões acerca dos conceitos que tangenciam o debate contribuem para o entendimento do trabalho decente e fortalecem as pesquisas empíricas analisadas. Por fim, a sexta e última etapa se destina à “apresentação da revisão/síntese do conhecimento”, estando contemplada nesta seção de metodologia, possibilitando a replicação do estudo.

TURISMO E TRABALHO DECENTE: O QUE REVELA A LITERATURA

Nesta seção apresentam-se os resultados da revisão integrativa da literatura sobre turismo e trabalho decente. Antes devem ser mencionados alguns pressupostos teóricos e desafios práticos que permeiam a pesquisa sobre trabalhadores do turismo. O primeiro deles é a dificuldade de delimitar e reconhecer quem efetivamente trabalha com turismo (Fratucci & Carneiro, 2020), questão aparentemente resolvida na perspectiva econômica, mas longe de ser respondida do ponto de vista do fenômeno turístico. Em segundo lugar, a existência de obstáculos na coleta de informações é notória, muito porque os chamados serviços turísticos não são oferecidos exclusivamente aos turistas (Melliani, 2011) e a cadeia produtiva da atividade turística é de grande dimensão e complexidade.

Outro aspecto digno de nota é que, apesar das dificuldades de se estudar os trabalhadores, há indícios que direcionam a compreendê-los em suas especificidades. Percebe-se que, além das dinâmicas gerais imputadas pelo sistema capitalista, existem contextos nos quais os trabalhadores do turismo estão inseridos (Cañada, 2020). Primeiramente, o fato de o turismo ser uma atividade que ocorre em um determinado território, leva o empregador a tentar reduzir seus custos de mão de obra no mesmo local de produção. Em segundo lugar, por conta da sazonalidade característica do turismo, as necessidades de funcionários variam enormemente, levando empresas a demandarem uma força de trabalho mais flexível. Por fim, a qualificação relativamente baixa exigida em determinadas ocupações consolidou um mercado de trabalho em que predominam baixos salários.

Segundo Baum e Hai (2019), o turismo enfrenta desafios persistentes no que diz respeito ao mercado de trabalho. A predominância de baixos salários, segurança precária, condições de trabalho inadequadas, alta rotatividade de mão de obra, desvantagem interseccional, guetização ocupacional e abuso moral, sexual e físico de funcionários, podendo se enquadrar, em alguns casos, como escravidão contemporânea. Essas

questões parecem ser sistêmicas, estruturais e universais em quase todos os países e nas economias formais e informais. Nesse âmbito, pode-se afirmar que o trabalho no turismo se afasta ainda mais do ideal preconizado pelo conceito de trabalho decente. Apesar da urgência de se discutir tais questões, foi percebida a tímida utilização do termo trabalho decente vinculado ao turismo na bibliografia até o momento (Figura 1).

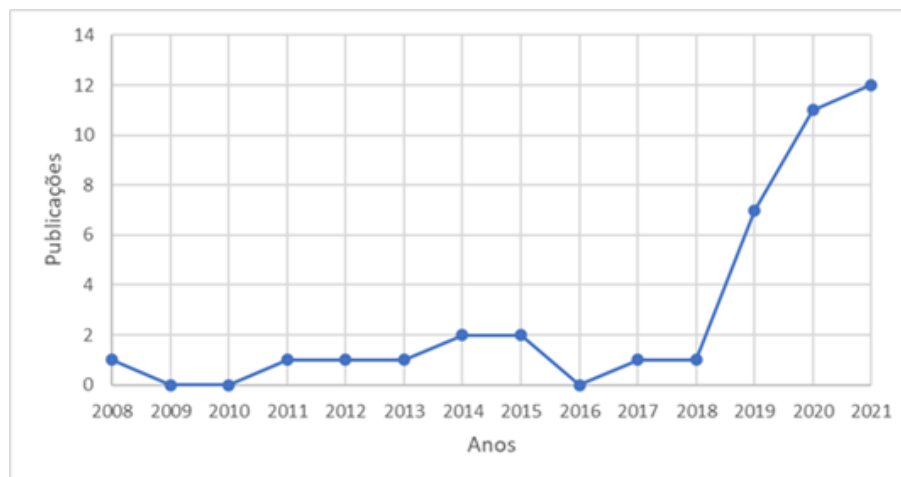


FIGURA 1
Quantitativo de trabalhos científicos internacionais sobre turismo e trabalho decente publicados de 2008 a 2021

Elaboração própria (2021).

Nos primeiros dez anos apresentados na Figura 1, há uma evidente carência de publicações sobre trabalho decente em turismo. Segundo Walmsley (2012), isso pode se derivar da dificuldade em medir os Indicadores de Trabalho Decente da OIT, como emprego, proteção social, diálogo social e direitos no trabalho. A partir de 2019, verifica-se um crescimento no número de artigos publicados, podendo estar relacionado com o amadurecimento das pesquisas após o lançamento da Agenda 2030, realizado no ano de 2015. Considerando que se realizou a revisão em outubro de 2021, percebe-se uma tendência da continuação de crescimento ou manutenção do número de publicações sobre trabalho decente e turismo na literatura internacional. Isso se dá, principalmente, pelo efeito da pandemia da Covid-19 na atividade turística. Chen, Cheng, Edwards e Xu (2020), por exemplo, analisaram a vulnerabilidade da economia compartilhada, inserida no mercado informal, percebendo uma possível influência negativa no ODS 8, sobretudo pela falta de proteção social e segurança do emprego já presente no setor.

Duncan, Hillman e Elbe (2020) também constataram uma quantidade reduzida de publicações sobre trabalho decente, sustentabilidade e turismo, sendo que grande parte da literatura provém de um número relativamente pequeno de pesquisadores [destacando Tom Baum]. Os autores apontam também que muitas pesquisas sobre empregos sustentáveis no turismo são exclusivamente conceituais. Por outro lado, Ioannides, Gyimóthy e James (2021) afirmam que os debates sobre sustentabilidade e turismo geralmente negligenciam temas relacionados aos trabalhadores. Enquanto isso, as tentativas de vincular questões trabalhistas ao turismo e sustentabilidade são dominadas por uma visão amplamente pessimista.

Em muitos estudos, o trabalho decente é abordado em conjunto com outros ODS. Este comportamento dos estudos e escolhas dos pesquisadores parece estar em consonância com as próprias orientações dos ODS, visto que os objetivos são 'integrados e indivisíveis'. Stanojevic (2020), por exemplo, analisa a aplicação e construção de ações sustentáveis em empresas turísticas (ODS 8 e 11 [Cidades e Comunidades Sustentáveis]). Gica, Coros, Moisescu e Yallop (2021) examinam como o desenvolvimento de um produto turístico baseado no patrimônio e tradições rurais pode contribuir para os ODS 1, 8, 10, 11, 12 e 17. Lyon e Hunter-Jones (2019) realizaram um estudo de caso em uma reserva ambiental, constatando no discurso dos entrevistados o surgimento de aspectos que remetem aos ODS 4 [Educação de Qualidade], 8 e 15 [Vida

Terrestre], e como o desenvolvimento do turismo afeta o avanço [ou não] desses objetivos. Nomnian *et al.* (2020) mencionam que a maior autonomia e conhecimento do idioma inglês por parte da comunidade tradicional estudada poderia contribuir para o alcance dos ODS 8 e 4 [Educação de Qualidade]. Kronenberg e Fuchs (2021) debatem os impactos socioeconômicos do turismo, considerando as perspectivas de nível macro e meso dos ODS 8 e 10 [redução das desigualdades], tendo também como perspectiva de análise a segurança, estabilidade e empregabilidade a longo prazo, pontos cruciais na busca para o trabalho decente.

Por outro lado, Robinson, Martins, Solnet & Baum (2019) questionam a coexistência harmônica entre o turismo e os ODS ao identificarem o privilégio das dimensões econômica e ambiental no discurso da sustentabilidade. O conceito de trabalho decente sofre com essa negligência e aparece com pouca frequência no debate público e nas investigações sobre trabalho no turismo. Para os autores, soma-se a esta questão o desequilíbrio entre o aumento da quantidade de empregos gerados e a melhoria na qualidade das condições laborais e de seus salários, acarretando a precariedade. Os autores contribuem para os estudos ao lançarem mão de construtos de análise para compreender o trabalho decente: dados demográficos [mulheres ou jovens, como grupos marginalizados no trabalho do turismo]; atributos individuais dos trabalhadores [crescente mobilidade do turismo], e; características da indústria [baixos salários e qualificações, e economia paralela]. O ODS 8, dentro dos ‘atributos individuais’, é marcado pela “flexibilidade em relação às obrigações profissionais, flexibilidade geral, estabilidade/mobilidade”, e inserido no construto de ‘características da indústria’, destacam-se “salários, horas de trabalho, condições de trabalho, benefícios [licença, assistência médica, benefícios, aposentadoria, fundos], economia informal, economia negra [escravidão, sexo, turismo, tráfico]” (Robinson *et al.*, 2019, p. 6).

Como o trabalho decente é um termo difundido globalmente e, mais recentemente, pela ONU em seus ODS, a noção de sustentabilidade é fortemente presente nos estudos sobre o tema. Winchenbach, Hanna e Miller (2019) apontam que o trabalho [decente] no turismo, considerado sustentável, deve ser entendido para além da criação de empregos, incluindo salários justos, garantia de espaços seguros de emprego e zelo pela proteção dos funcionários e suas famílias, oportunidades iguais [independentemente de gênero ou raça], direito ao associativismo e oportunidades para mobilidades na carreira.

Cañada (2018) articula o conceito de trabalho decente com o turismo inclusivo, que segundo ele, são instrumentos teóricos complementares, sendo que “o primeiro permite analisar a qualidade do trabalho envolvido no turismo, enquanto o segundo afere a sua integração no funcionamento da indústria” (p. 4). A partir de evidências da precarização do trabalho das camareiras, o autor propõe, “trabalho decente para o turismo inclusivo” (p. 4). O termo inclusivo está presente em outros estudos de diferentes formas, ainda que de maneira tímida. Esta relação pode se justificar pelo fato de o termo ‘inclusivo’ estar presente na descrição do próprio ODS 8: “Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos” (ONU, s.d.).

Por outro lado, Bianchi e Man (2021) questionam o uso das expressões crescimento ‘sustentado’ e ‘inclusivo’ no ODS 8, afirmando que a OMT não promove esforços suficientes para superar as contradições e tensões inerentes às lógicas de crescimento e processos de acumulação do capital que impulsionam a expansão do turismo. Apontam que a noção de crescimento sustentado e inclusivo reforça a primazia do capital e a noção de justiça do mercado, que continuam a perpetuar um modelo de desenvolvimento turístico impulsionado pelo crescimento. Contudo, se deveria tratar acerca das injustiças estruturais que consolidam as desigualdades e reproduzem práticas de trabalho que visam a exploração.

A noção de trabalho decente também é ponto de partida para se compreender a satisfação do trabalho, como em Coughlan, Moolman e Haarhoff (2014), que destacam os efeitos negativos da insatisfação do trabalhador, como o oferecimento de uma experiência ruim ao visitante. Segundo os autores, há diversos modelos e perspectivas para se analisar a satisfação do trabalho que, geralmente, são compostos pelas conquistas que envolvem a satisfação externa, interna, e individual no trabalho.

Os salários em geral caracterizam um fator importante na satisfação do trabalho. Walmsley (2012) ao ponderar sobre o conceito de trabalho decente da OIT, contesta que a satisfação com a remuneração acima da média do setor, por exemplo, caracterizaria um trabalho ser “decente”. Além disso, afirma que o dimensionamento da remuneração incide sobre diversos fatores, como horas extras, férias remuneradas, auxílios, etc., tornando seus estudos complexos. O autor utiliza-se das orientações 1, 2 e 3 da OIT para analisar seu objeto: (1) baixa taxa de pagamento [menor que 2/3 dos ganhos médios por hora]; (2) ganhos médios por hora em ocupações do turismo, em comparação com ganhos médios por hora em ocupações selecionadas; (3) salário real médio em comparação com o salário real médio no turismo.

No geral, estudos que tratam de condições de trabalho e trabalho decente, utilizam-se do último para embasar o primeiro. Variáveis que sugerem um trabalho decente proporcionam condições de trabalho mais adequadas, como em De Beer, Rogerson e Rogerson (2014), que estudaram os guias de turismo da África do Sul à luz dos atributos: natureza do trabalho, regularidade do trabalho, período de maior ocupação, número de empresas turísticas para as quais os serviços de guia são prestados, duração do contrato de trabalho, acesso ao trabalho, marketing de serviços, remuneração/horas extraordinárias, média das horas de trabalho diárias, tempo médio diurno passado na estrada, viagem média por ano e férias anuais remuneradas. Nesta linha de estudos acerca das condições de trabalho, Sant’Anna, Carneiro e Lescura (2021) realizaram uma comparação entre características do trabalho decente de Duffy *et al.* (2016) e a bibliografia sobre condições de trabalho na hotelaria. Seus resultados acentuam a contradição entre a hospitalidade proporcionada aos turistas e a ausência de uma hospitalidade nos ambientes organizacionais, explicitando que os trabalhadores não usufruem da mesma [ou equivalente] hospitalidade de preconizada na prestação de serviços.

A dignidade do trabalho surge na bibliografia também com o termo “trabalho digno” que, por vezes, é tratado como similar ou complementar ao trabalho decente. Dignidade, nesse sentido, está relacionada com possuir condições dignas de trabalho. Para Winchenbach *et al.* (2019), a análise crítica do ODS 8 pela perspectiva da dignidade no emprego turístico revela também que a força de trabalho do turismo é tratada como um fator de produção, desconsiderando as relações de luta de classe. Sugerem, nesse sentido, a urgência em se investigar a dignidade no local de trabalho [ou sua ausência] e entendimentos de identidade. O enquadramento das características da precarização do trabalho, ora presentes no turismo, permitiu a Baum e Hai (2019) o desvelamento da violação a direitos humanos básicos nos níveis individual, familiar e comunitário. Ainda que a noção de trabalho decente apareça de maneira tangencial no artigo, os critérios utilizados do conceito auxiliam no desenvolvimento dos tópicos principais. Os autores confirmam que, pelo fato de o emprego no turismo estar no cerne do debate sobre a sustentabilidade no turismo internacional, a discussão do trabalho decente deve estar presente em diversas análises sobre os outros ODS.

Os estudos do turismo, em grande parte, são realizados considerando um local específico, em escalas variadas, sem a eliminação da possibilidade de seus resultados, de alguma maneira, serem extrapolados ou servirem de fundamentação para compreensão de outras realidades. Isso porque determinados fatores espaciais e territoriais influenciam diretamente o fenômeno. Neste cenário, convém pontuar que o trabalho de Coughlan, Moolman e Haarhoff (2014), ainda que indiretamente, chama a atenção para a importância de se compreender e considerar o local que se estuda, seja um município, país ou equipamento turístico, visando adaptar as contribuições da literatura existente para a realidade em questão. Tal preocupação também é observada em Duncan, Hillman e Elbe (2020), que ao estudarem sobre estratégias governamentais da Suécia, fortemente atreladas à sustentabilidade, trazem em pauta perguntas como: ‘como é o ‘trabalho’ decente’ no turismo na Suécia?’; ‘Quem é responsável por garantir que haja trabalho decente?’.

Discussões sobre gênero permeiam diversos aspectos já mencionados, porém a quantidade de estudos que pesquisam essa relação com o trabalho decente ainda é tímida. Contudo, nota-se a urgência do desenvolvimento da interseção sobre gênero e trabalho decente, assim como já são conduzidos estudos sobre turismo e gênero. Esse fato se dá também porque a equidade entre gêneros é apresentada como um dos pilares do desenvolvimento sustentável, conforme apontado no ODS 5 [Igualdade de Gênero]. Dentre os

artigos mais relevantes, destaca-se o de Alarcón e Cole (2019), que, considerando que a igualdade de gênero desempenha um papel fundamental na realização de todos os ODS, discute a contribuição do ODS 8. O foco no objetivo que envolve o trabalho decente se apoia na grande relevância de suas discussões na busca pela igualdade de gênero, pois segundo as autoras, a partir de pesquisas empíricas e trabalhos já realizados, “a desigualdade de gênero no emprego é um dos principais fatores que impedem o trabalho decente no turismo” (Alarcón & Cole, 2019, p. 7).

Portanto, “uma perspectiva de gênero nas políticas de emprego no turismo enfatiza as disparidades salariais, o abuso sexual e o assédio por colegas e turistas, e promove a participação e a tomada de decisões das trabalhadoras” (Alarcón & Cole, 2019, p. 5). Há que se questionar sobre ocupações caracterizadas como ‘femininas’ e prezar pela ‘interseccionalidade’, pois a construção de suas identidades como grupo de trabalhadores acarreta complexas interações entre gênero, classe [especialmente, para as classes mais baixas], raça e etnia. Daniela Alarcón desponta como uma das autoras centrais no tema turismo, trabalho decente e gênero. Em seu trabalho mais recente, publicado em revista brasileira, Alarcón (2021) dialoga com o trabalho digno e gênero, aproximando o ODS 5 [igualdade de gênero] ao 8, propondo um diálogo menos superficial.

O empoderamento feminino, agrupado pela inserção no mercado de trabalho, também é critério referente ao trabalho decente no turismo em Quintana e Martínez-Gayo (2019). As autoras sugerem que as características do trabalho feminino no turismo se concentram em quatro realidades: empregos pouco qualificados, estereótipos de gênero, emprego informal e exploração. Suas análises, em busca do empoderamento das mulheres e a proteção de seus direitos, são orientadas com as definições de gênero essenciais: análise de gênero, igualdade de gênero, empoderamento e incorporação da perspectiva de gênero).

O trabalho no turismo, de maneira crescente, vem sendo mediado por recursos tecnológicos. Tuomi, Tussyadiah, Ling, Miller e Lee (2020) propõem a utilização da tecnologia e da automação para fomentar o trabalho decente. Os autores sugerem um modelo de trabalho decente por meio da automação que possuem três grandes fatores que contribuem para isso: (1) eficácia da cooperação homem-máquina [flexibilidade de funções, trabalho sem atrito, utilização ótima de sistemas]; (2) condições de trabalho [ambiente de trabalho seguro, trabalho conveniente, remuneração], e; (3) nível de capacitação [liberdade de associação, autonomia de tarefa, progressão na carreira]. Em uma abordagem mais crítica, Rydzik e Kissoon (2021) afirmam que a tecnologia está mudando não somente a maneira como o turismo é gerido, mas também a natureza do trabalho. Ponderam potenciais implicações das transformações ocasionadas pela tecnologia sobre os trabalhadores do turismo com salários mais baixos e menos qualificados, a partir do ODS 8. Afirmam haver grande possibilidade do aumento das desigualdades, desumanização do trabalhador e perda de empregos no turismo, setor que tende a ser enormemente impactados com a automatização.

Em contraste com as demais publicações, há casos em que o trabalho decente é somente reconhecido como algo a se alcançar, sem um aprofundamento teórico ou metodológico. No geral, utilizam-se dos indicadores do trabalho decente para realizar as entrevistas, mas não esclarecem os critérios (e.j. Marobela, 2011; Tottino, 2013; Yıldırım, 2021).

A revisão ora apresentada evidencia as diferentes maneiras que o termo <trabalho decente> é empregado nos estudos do turismo. Por vezes é reconhecido: (1) como um conceito, (2) como categoria de análise, (3) como parâmetro para definir condições de trabalho mais adequadas, (4) como um adjetivo ou, (5) simplesmente mencionado como um objetivo a ser alcançado, sem aprofundamento. Dentre as temáticas e questões que tangenciam tópicos sobre trabalho decente, destacam-se: (1) condições de trabalho dos indivíduos, (2) análise em conjunto com outros ODS, (3) dignidade e direitos humanos, (4) qualidade do trabalho, (5) satisfação no trabalho, (6) sustentabilidade, (7) turismo inclusivo, (8) gênero, (9) hospitalidade, (10) tecnologia e automação, (11) salários e remuneração, (12) estabilidade no trabalho. No que se refere às metodologias adotadas, alguns artigos empíricos se utilizam das variáveis da noção de trabalho decente propostas pela OIT, ONU, de autores que já desenvolveram variáveis de análises ou de apontamentos que

emergiram do próprio campo. No geral, percebe-se que discussões e apontamentos teóricos sobre o trabalho decente são pontos de partida de artigos empíricos e teóricos no turismo.

Confirma-se o pressuposto de que a noção inicialmente proposta pela OIT pode ser fértil cientificamente para a articulação dos três níveis de análise - micro, meso e macro - da força de trabalho no turismo propostos por Baum *et al.* (2016), posto que o trabalho decente engloba aspectos multiescalares particularmente relevantes ao turismo. Apesar dessa proficuidade potencial, este artigo confirma um predomínio da produção das escalas meso e micro, e aponta para uma lacuna acentuada de pesquisas referente às questões macro sobre o trabalho decente (políticas públicas de planejamento, mobilidades de trabalhadores e aspectos jurídico-legais).

O conceito [ou proposta de conceito em construção] de trabalho decente possibilita o desenvolvimento e contestação de diversas temáticas nos estudos do turismo. Contudo, percebe-se certa lacuna nos estudos do turismo e trabalho decente, sobretudo pela falta do aprofundamento teórico e empírico que contribua para o avanço dos estudos, seja colocando em questão o próprio conceito ou na apropriação do termo como categoria analítica ou no avanço da solução de problemas territoriais específicos. Portanto, cabe o aprofundamento de pesquisas que se utilizam de tal abordagem para contribuir para os estudos do trabalho decente e turismo.

TRABALHO DECENTE NO TURISMO: DESAFIOS PARA UMA AGENDA DE PESQUISA

A presença do trabalho decente na literatura internacional do turismo revela o crescente interesse pelo fornecimento de condições de vida mais adequadas e dignas, objetivo a ser alcançado sob respaldo de uma série de indicadores econômicos e sociais que, como mostrou a revisão de literatura, ainda está em construção. Este artigo deu um passo em direção à compreensão e adoção do tratamento científico do trabalho decente e sua aplicabilidade político-institucional no campo do turismo. Os dados da revisão de literatura sugerem que o trabalho decente ainda não se configura um conceito fechado com variáveis bem definidas. Trata-se de uma noção necessária e propícia para o desenvolvimento de pesquisas, que convoca pesquisadores interessados no campo do trabalho no turismo à sistematização de seus indicadores e construção de diretrizes para o alcance dos ODS. Não houve uma busca por uma definição estanque de trabalho decente no turismo, mas sim, a partir da literatura, foi possível observar suas diversas compressões considerando os enfoques empíricos e teóricos de suas temáticas e questões que tangenciam estudos sobre o trabalho decente.

Não obstante neste artigo se tenha ampliado o corpo da discussão, limitou-se aqui ao levantamento e à integração da literatura situada na interface entre trabalho decente e turismo. A mencionada sistematização de indicadores e construção de diretrizes para o turismo brasileiro é um desafio para futuras pesquisas, essas radicalmente dependentes do diálogo entre pesquisadores, empregadores, trabalhadores e formuladores de políticas públicas. Além dos desafios políticos e sociais para garantia de trabalho e emprego decentes, vislumbram-se também desafios no sentido da aplicabilidade do trabalho decente e suas variáveis de análise em realidades socioeconômicas distintas. Esse desafio se justifica também pela dissonância entre o conceito de trabalho decente formulado da OIT (1999) e a lógica neoliberal dominante na maioria dos processos de formulação de políticas públicas de trabalho no mundo, que se reflete também nos empregos em turismo.

O turismo é um setor que vem sendo marcado pela precariedade e heterogeneidade nos empregos [tendo em vista as muitas áreas que o compõem enquanto fenômeno e atividade], e esses dois fatores suscitam o questionamento: é possível ter empregos decentes no turismo? Constituem-se então como desafios não apenas a formulação de políticas e programas que visem melhorar as condições de trabalho no setor, mas também o estudo do trabalho no turismo sob os preceitos do trabalho decente em suas escalas micro, meso e macro, bem como a sistematização/adaptação dos seus indicadores para serem aplicados ao contexto do turismo no Brasil.

Notou-se a incipiência de esclarecimentos teóricos e metodológicos sobre trabalho decente e turismo. Tal constatação talvez encontre alguma explicação no fato de que as agendas internacionais e nacionais

não apresentem princípios e diretrizes mais operacionalizáveis, o que dificulta a sua implementação nas escalas locais e regionais. Há um distanciamento entre a noção de trabalho decente, os ODS e a realidade do mercado de trabalho atual, que passa por uma séria crise mundial e está criando uma ‘nova morfologia da classe trabalhadora’ (Antunes, 2009). Essa conjuntura constitui desafio não apenas ao turismo, mas a todos os setores da economia assolados pelo trabalho “indecente”. A acentuação dos níveis de desemprego, por exemplo, é um dos fatores geradores da lógica do ‘privilégio da servidão’ (Antunes, 2009), de modo que quem está formalmente empregado deve estar grato e satisfeito, dispensando qualquer questionamento sobre condições e remuneração adequadas, possibilidade de tempo de descanso e lazer, valores socialmente compatíveis em conjunto com acesso e manutenção da saúde.

Seja noção ou conceito, o trabalho decente é objetivo a ser alcançado por meio de cooperação e diálogo social (OIT, 1999). E, como foi evidenciado na revisão integrativa, esse debate deve articular sistematicamente em futuras pesquisas diversas linhas de frente: (1) o compromisso com a transformação das estruturas patriarcais; (2) as minorias sociais, étnicas e pessoas com deficiência; (3) as contradições do modelo de produção capitalista; (4) os aspectos pertinentes ao direito do trabalho e à garantia de direitos sociais; (5) a integração do trabalho e trabalhadores nas pautas da sustentabilidade no turismo. Deste modo, espera-se que a proposta de construção dessa agenda de pesquisa possa se constituir em um vetor de reflexões para transformações nas condições de trabalho em turismo.

REFERÊNCIAS

- Abramo, L. (2015). *Uma década de promoção do trabalho decente no Brasil: uma estratégia de ação baseada no diálogo social*. Organização Internacional do Trabalho. Genebra: OIT. Link
- Alarcón, D. M., & Cole, S. (2019). No sustainability for tourism without gender equality. *Journal of Sustainable Tourism*, 27(7), 903-919. Link
- Alarcón, D. M. (2021). Turismo e gênero na agenda 2030: rumo ao trabalho digno. *Revista do Centro de Pesquisa e Formação*, (12), 109-130. Link
- Antunes, R. (2009). *Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo.
- Antunes, R. (2018). *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo.
- Baum, T., Kralj, A., Robinson, R. N. S., & Solnet, D. J. (2016). Tourism workforce research: a review, taxonomy and agenda. *Annals of Tourism Research*, 60, 1-22. Link
- Baum, T., & Hai, N. T. T. (2019). Applying sustainable employment principles in the tourism industry: righting human rights wrongs? *Tourism Recreation Research*, 44(3), 371-381. Link
- Bianchi, R. V., & de Man, F. (2021). Tourism, inclusive growth and decent work: a political economy critique. *Journal of Sustainable Tourism*, 29(2-3), 352-370. Link
- Botelho, L. L. R., Cunha, C. C. A., & Macedo, M. (2011). O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. *Gestão e Sociedade*, 5(11), 121-136. Link
- Brasil, Ministério do Trabalho e Emprego (2006). *Agenda Nacional do Trabalho Decente*. Brasília, DF. Link
- Brasil, Ministério do Trabalho e do Emprego. (2010). *Plano Nacional do Trabalho Decente 2010-2015*. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego. Link
- Brasil, Ministério do Turismo. (2018). *Plano Nacional de Turismo 2018-2022*. Brasília: Ministério do Turismo. Link
- Brasil, Presidência da República. (2017). *Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017*. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Link
- Brasil, Presidência da República. (2019). *Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019*. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; altera as Leis nos 13.334, de 13 de setembro de 2016, 9.069, de 29 de junho de 1995, 11.457, de 16 de março de 2007, 9.984, de 17 de julho de 2000, 9.433, de 8 de janeiro

de 1997, 8.001, de 13 de março de 1990, 11.952, de 25 de junho de 2009, 10.559, de 13 de novembro de 2002, 11.440, de 29 de dezembro de 2006, 9.613, de 3 de março de 1998, 11.473, de 10 de maio de 2007, e 13.346, de 10 de outubro de 2016; e revoga dispositivos das Leis nos 10.233, de 5 de junho de 2001, e 11.284, de 2 de março de 2006, e a Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017. Link

- Cañada, E. (2018). Too precarious to be inclusive? Hotel maid employment in Spain. *Tourism Geographies*, 20(4), 653-674. Link
- Cañada, E. (2020). Trabalho turístico e precariedade. *Turismo: Estudos e Práticas*, 9(Dossiê Temático 2), 1-21. Link
- Chen G., Cheng M., Edwards D., & Xu L. (2020). Covid-19 pandemic exposes the vulnerability of the sharing economy: a novel accounting framework. *Journal of Sustainable Tourism*. Link
- Costa, S. (2020). Pandemia e desemprego no Brasil. *Revista de Administração Pública*, 54(4), 969-978. Link
- Coughlan, L., Haarhoff, R., & Moolman, H. (2014). External job satisfaction factors improving the overall job satisfaction of selected five-star hotel employees. *South African Journal of Business Management*, 45(2), 97-107. Link
- De Beer, A., Rogerson, C. M., & Rogerson J. M. (2014). Decent Work in the South African Tourism Industry: Evidence from Tourist Guides. *Urban Forum*, 25(1), 89-103. Link
- Duffy, R. D., Blustein, D. L., Diemer, M. A., & Autin, K. L. (2016). The psychology of working theory. *Journal of Counseling Psychology*, 63(2), 127-148. Link
- Duncan T., Hillman A. G., & Elbe J. (2020). Sustainable tourism employment, the concept of decent work, and Sweden. In: A. Walmsley, K. Åberg, P. Blinnikka & G. Jóhannesson (eds.). *Tourism Employment in Nordic Countries* (pp. 327-348). Londres: Palgrave Macmillan, Cham.
- Fratucci, A. C. & Carneiro, J. (2020). Trabalhadores do turismo: de quem estamos falando? *Turismo: Estudos e Práticas*, 9 (Dossiê Temático 2), 1-12. Link
- Gica, O., Coros, M., Moisescu, O., Yallop, A. (2021). Transformative rural tourism strategies as tools for sustainable development in Transylvania, Romania: a case study of Sâncraiu. *Worldwide Hospitality and Tourism Themes*, 13(1), 124-138. Link
- Higgins-Desbiolles, F., Carnicelli, S., Krolikowski, C., Wijesinghe, G., & Boluk, K. (2019). Degrowing tourism: rethinking tourism. *Journal of Sustainable Tourism*, 27(12), 1926-1944. Link
- Ioannides, D., Gyimóthy, S., & James, L. (2021). From liminal labor to decent work: a human-centered perspective on sustainable tourism employment. *Sustainability*, 13, 851. Link
- Kronenberg, K., & Fuchs, M. (2021). Aligning tourism's socio-economic impact with the United Nations' sustainable development goals. *Tourism Management Perspectives*, 39(6), 100831. Link
- Ladkin, A. (2011). Exploring tourism labor. *Annals of Tourism Research*, 38(3), 1135-1155. Link
- Lyon, A. & Hunter-Jones, P. (2019). Critical discourse analysis and the questioning of dominant, hegemonic discourses of sustainable tourism in the Waterberg Biosphere Reserve, South Africa. *Journal of Sustainable Tourism*, 27(7), 974-991. Link
- Marobela, M. N., & Village, G. (2011). Tourism and decent work in Botswana: from private sector to a collectivist model. *African Journal of Hospitality, Tourism and Leisure*, 1(3), 1-9. Link
- Melliani, P. F. (2011). Crítica à estética da mercadoria no turismo: dilemas da precarização do trabalho na produção do espaço de Itacaré, litoral sul da Bahia. Tese, Doutorado em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, Brasil. Link
- Morin, E. (2006). *Introdução ao Pensamento Complexo*. Porto Alegre: Sulina.
- Nomnian, S., Trupp, A., Niyomthong, W., Tangcharoensathaporn, P., & Charoenkongka, A. (2020). Language and community-based tourism. *Austrian Journal of South-East Asian Studies*, 13(1), 57-79. Link
- Organização das Nações Unidas - ONU (s.d.). *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. Link
- Organização Internacional do Trabalho - OIT (1999). *Decent Work. Report of the Director-General*. Report of the 87th session. Genebra, Suíça: International Labour Office. Link

- Organização Internacional do Trabalho - OIT (2008). *Reducing Poverty Through Tourism*. Genebra, Suíça: International Labour Office Sectoral Activities Programme. Link
- Organização Internacional do Trabalho - OIT (2017). *ILO guidelines on decent work and socially responsible tourism*. Genebra, Suíça: International Labour Office Sectoral Activities Programme. Link
- Organização Mundial do Turismo - OMT (2017). *Tourism and the Sustainable Development Goals. Journey to 2030*. Madri, Espanha: Organização Mundial do Turismo. Link
- Quintana, V. M., & Martínez-Gayo, G. (2019). Empoderamiento y desigualdad en el trabajo turístico femenino. Una perspectiva comparada. *Papers de Turisme*, (62), 46-66. Link
- Rydzik, A., & Kissoon, C. S. (2021). Decent work and tourism workers in the age of inteligente automation and digital surveillance. *Journal of Sustainable Tourism*. Link
- Robinson, R., Martins, A., Solnet, D., & Baum, T. (2019). Sustaining precarity: critically examining tourism and employment. *Journal of Sustainable Tourism*, 27(7), 1008-1025. Link
- Sant'Anna, E. S., Carneiro, J., & Lescura, C. (2021). Quem acolhe os que acolhem? Trabalho decente como ethos da hospitalidade organizacional na hotelaria. *Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade*, 13(1), 50-70. Link
- Tottino, L. I. (2013). Trabajo y turismo: un acercamiento a la actividad de los operadores de viaje de Ciudad de Buenos Aires entre el 2003-2011. In: A. Salvia & J. Vera (coord.), *Calidad del Trabajo y del Empleo y Formas de Inserción Laboral*. 11er Congreso Nacional de Estudios del Trabajo—ASET. Facultad de Ciencias Económicas. Universidad de Buenos Aires.
- Tuomi, A., Tussyadiah, I., Ling, E. C., Miller, G., & Lee, G. (2020). x=(tourism_work) y=(sdg8) while y= true: automate (x). *Annals of Tourism Research*, 84, 102978. Link
- Walmsley, A. (2012). Decent work and tourism wages: an international comparison. *Progress in Responsible Tourism*, 2(1), 90-99. Link
- Winchenbach, A., Hanna, P., & Miller, G. (2019). Rethinking decent work: The value of dignity in tourism employment. *Journal of Sustainable Tourism*, 27(7), 1026-1043. Link
- Yıldırım, M. (2021). Tracing the consent, adaptation and resistance practices of an 'unsustainable' workforce: the governmentality of workplaces in tourism industry. *Tourism Management*, 84. Link

NOTAS

1 FAST TRACK SEMINÁRIO ANPTUR 2021

5 Cabe destacar ainda que esta produção científica foi construída de maneira colaborativa com demais integrantes do Grupo de Pesquisa Turismo, Gestão e Territórios da FTH/UFF a quem agradecemos pelas valiosas contribuições.